

| 1015 | RURALIDADE E COOPERATIVISMO: AS PRÁTICAS RURAIS NÃO AGRÍCOLAS NA ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

*Ivana Milena Sales Rolim de Vasconcelos, Erika Derquiane Cavalcante, Idalina Maria Freitas Lima
Santiago*

Resumo

O presente trabalho pretende apresentar as principais abordagens sobre território e as noções inerentes a este conceito responsáveis por uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento territorial, em especial, nas regiões rurais a partir de práticas não agrícolas e do cooperativismo; é importante citar que o enfoque territorial é considerado uma entidade que permite se pensar o desenvolvimento para além da abordagem de crescimento econômico. Na década de 1990, o Brasil vivenciou uma “redescoberta” do rural enquanto categoria de análise possibilitando o renascer de novos debates acerca dos parâmetros para se pensar o rural, com suas antigas e novas questões. Trata-se de uma economia dinâmica, com diversificação de funções no espaço rural, que ultrapassa a exclusividade da atividade agropecuária; se assiste, no Brasil, a uma retomada de ações agrícolas que colocam no centro do processo os elementos característicos de criação, antes considerados “antigos”. Com base nos pressupostos enunciados, o trabalho que segue tem como objetivo avaliar o caso da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP), buscando apresentar a relevância do empreendimento no processo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural no Brejo Paraibano, além da interação e dinâmicas resultantes da atuação dos atores sociais envolvidos. É importante ressaltar, que o presente artigo é um recorte de um estudo maior (dissertação) e que apresenta como resultados iniciais, o cooperativismo como categoria inerente ao desenvolvimento territorial e motor na promoção de melhorias na qualidade de vida dos atores locais e dinâmicas que favorecem articulações políticas, econômicas e sociais nesse novo rural brasileiro.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Território, Cooperação, Rural.

Introdução

Os estudos acerca do território apresentam reflexões teóricas metodológicas diferenciadas com enfoques econômico, político ou cultural, e as discussões que permeiam este conceito, assim como as dinâmicas de investigação, estão sempre em construção a partir de diferentes categorias de análise.

O ensaio pioneiro sobre território e espaço, feita pelo autor Claude Raffestin (1993), apresentou como característica principal o caráter político do território e a compreensão acerca do conceito de espaço geográfico – entendido pelo autor como substrato, palco pré-existente ao território.

Segundo Raffestin (1993, p. 143 *apud* BORDO, 2005, p.2):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço.

A abordagem do território, segundo o autor, possui ênfase político-administrativa; entendendo, território, espaço físico e onde se situa uma nação, espaço este onde há delimitações a partir de uma ordem jurídica e política. Dentro desta perspectiva, o ator territorializa o espaço em que está inserido. Considerando a análise de Raffestin (1993), a construção do território se dá a partir de relações de poder, e deve-se levar em consideração que esse poder emana das pessoas ou dos grupos, personagens indispensáveis na definição de território. Nas palavras do autor, o poder e o território apesar de possuírem autonomias próprias, são enfocados conjuntamente objetivando a consolidação do conceito de território (BORDO, 2005).

As relações de poder, citadas inicialmente como quase permanentes nas discussões sobre território, também é foco nos estudos do investigador Marcelo Lopes de Souza (2009). Ele faz alusão às relações de poder existentes na consolidação desse conceito. O território é um espaço definido e delimitado a partir das relações de poder e pelas relações de poder, enfatizando que o poder não está restrito ao Estado e seu significado não pode ser entendido como sinônimo de violência e dominação. Aborda o território a partir dos grandes grupos sociais das grandes metrópoles, mais conceitualmente as consequências das relações resultantes das diferenças culturais; a análise enfim fundamenta-se numa abordagem política e cultural.

A segunda proposta de discussão do autor é o conceito de território autônomo como proposta de desenvolvimento. Desenvolvimento este que seria caracterizado pela ausência de grandes desigualdades e com a presença de um maior poder de participação e de liberdade da população. Em suas palavras:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (BORDO, 2005, p.106).

A ideia de poder permanece na abordagem de território feita por Marcos Aurélio Saquet (2004). Em suas palavras: “O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social”. É importante citar que o resgate das reflexões acerca de território feitas pelo autor leva em consideração vertentes essenciais intrínsecas na visão de Haesbaert, ou seja, as vertentes jurídico-política, econômica e cultural (SAQUET, 2004, p.81).

O território então é efetivado em diferentes escalas, pode ser temporário ou permanente, fugindo a regra de “território nacional” sob a gestão do Estado-Nação.

Rogério Haesbaert (2002) faz a sua abordagem acerca do território a partir de três enfoques principais: jurídico-política; cultural e econômica. Na vertente jurídico-política o território é caracterizado como um espaço delimitado e controlado a partir do poder exercido pelo estado. A cultural é marcada pela subjetividade e simbologias, o território é fruto da apropriação feita a partir do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço. Em relação a vertente econômica, revela que o embate entre as classes sociais e a relação capital-trabalho têm como resultado a desterritorialização em sua perspectiva material (BORDO, 2005, p.3).

No Brasil, um dos estudiosos e analistas que merece destaque é Manuel Correia de Andrade (1995), com uma abordagem política e econômica de ocupação de espaço. Além da preocupação em distinguir de forma responsável os conceitos de território, espaço e lugar, prolonga suas investigações as ideias referentes a poder e suas respectivas relações:

... o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (BORDO, 2005 *apud* ANDRADE, 1995, p. 19).

A contribuição de Andrade se estende a diferenciação de espaço e território, estando o território intimamente ligado à ideia de integração nacional de uma área ocupada pelas mais diversas categorias, população, economia, comércio, transportes, fiscalização, etc. O território torna-se cenário onde muitas relações acontecem, a citar as relações capitalistas. O espaço, no entanto, é estudado em sua amplitude, a partir das áreas consideradas vazias e dotadas da ausência da ocupação humana de forma efetiva, ou seja, é uma área com fronteiras delimitadas administrativamente e geograficamente (BORDO, 2005, p.6).

A vertente econômica também é característica nas abordagens de Caio Prado Júnior (1987) para apresentar as transformações ocorridas no espaço brasileiro;

transformações estas que ocorridas em uma determinada “porção territorial” (BORDO,2005,p).

As abordagens sobre o território a partir das discussões de Milton Santos (2002) revelam contribuições valiosas e o autor alerta para o fato da validade dos estudos pertinentes a este conceito. As configurações e reconfigurações mundiais acontecem na base territorial e influenciam o espaço territorial; e a formação do território é um processo que acontece externo ao território e a sua organização parte da periodização da história. O espaço torna-se uma variável substanciada por seus elementos quantitativos e qualitativos. Em suas palavras:

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (*opus cit.*, 1985, p. 09).

A definição de espaço apresentada por Bordo (2005) a partir de Milton Santos revela este como sendo a totalidade, um “matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade” (BORDO, 2005, p.7).O território, segundo o autor, é distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas e pela diferenciação das técnicas, visto que os espaços são considerados heterogêneos. Em suas investigações acerca do território,o autor também considera o trabalho, como categoria de análise.Diante do exposto, entende-se,o conceito de território como uma categoria de análise investigada a partir e abordagens que transbordam e florescem conhecimentos pertinentes e necessários a um desenvolvimento sustentável e alicerçado nas interações e entrelaçamentos das dinâmicas existentes.

2. Desenvolvimento Territorial Rural

O enfoque territorial é considerado uma entidade que permite se pensar o desenvolvimento para além da abordagem de crescimento econômico. A reflexão sobre desenvolvimento, data dos anos 1940, momento em que a periférica da Europa havia sido devastada no pós-guerra e alguns anteprojetos eram preparados e destinados a sua reconstrução. Cabe ressaltar que, de acordo com Sachs (2008), está ainda por ser escrita uma obra que trate do desenvolvimento de forma abrangente. E passado quase meio século, a preocupação é de como lidar com a heterogeneidade estrutural, tanto econômica como

social. Para o autor, o desenvolvimento, como conceito histórico e social, é por natureza aberto.

O trabalho pioneiro alavancado por Pecquer (2004), desde 1987, revela o termo territorial como protagonista pelo fato de não induzir a ideia de pequena dimensão ou menor escala, ou seja, atualmente é sugestivo falar em desenvolvimento territorial. Essa abordagem territorial ganhou maior força na década de 1980 com as discussões neo-marshallianas, com identificação dos atores sociais e seus respectivos laços favorecedores da formação de sistemas produtivos. Na ocasião, esta abordagem favoreceu os estudos rurais, possibilitando a percepção de que o mundo rural é dotado de uma dinâmica que vai muito além da agricultura e de suas respectivas práticas agrícolas (ABRAMOVAY, 2010).

Os estudos rurais, a partir da noção de território, possibilita avaliar a pobreza rural enquanto fenômeno multidimensional e não como expressão de insuficiência de renda agropecuária; além da renda são considerados outros indicadores a exemplo dos processos migratórios, das atividades não agrícolas, o dinheiro que os residentes nos domicílios rurais recebem de familiares que estão na cidade, as transferências públicas e a renda proveniente das finanças informais (ABRAMOVAY, 2010)

De acordo com Abramovay (2010), a noção de território possibilita o progresso nos estudos das regiões rurais e isso acontece a partir do que ele nomeia de dimensões básicas, e são quatro. Primeiro, a noção de território propõe uma ampliação de horizonte, sugere que se abandone a ideia de considerar os agricultores como únicos atores e respectivamente, a agricultura como único setor ou cenário de investigação. Cabe resaltar que para o referido autor, essa dimensão implica em duas consequências. De acordo com o ângulo operacional, essa dimensão carece de um refinamento quanto aos instrumentos estatísticos que delimitam a ruralidade. E a segunda consequência é de natureza teórica, diz respeito à definição dos territórios, isto é, a definição de territórios não se fundamenta nos limites físicos e sim como é produzida a interação social em seu interior.

A segunda dimensão referente à noção de território, considerada pelo autor como uma virtude, é que ela possibilita uma maior compreensão acerca de crescimento econômico e processo de desenvolvimento. Para uma maior compreensão, Abramovay (2004) faz referência à compreensão da pobreza rural que não pode ser avaliada apenas pela renda agropecuária visto que esse cenário compreende diferentes indicadores e diferentes atividades praticadas pelos atores ali envolvidos. Diante do exposto, parte-se para a terceira dimensão que trata do estudo empírico dos atores e suas respectivas organizações, visto que, se tratando de desenvolvimento em meio rural, existe a dificuldade em ampliar o que

Abramovay (2003) chama de composição social para além da figura dos agricultores, ou representantes da agricultura.

A quarta dimensão revela a importância da análise a partir da dimensão do território por sua ênfase no que diz respeito ao uso dos recursos tanto no que se dispõe em sua organização produtiva, quanto na relação entre sistemas sociais e ecológicos. “Territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apoia sua reprodução, o que abre um interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais no conhecimento desta relação” (Abramovoy, 2010,p.3).

As dimensões apresentadas acerca da noção de território, fundamentalmente suas virtudes, não podem suprimir o fato de que a literatura que trata desse tema nos dias atuais apresenta dois principais problemas, considerados por Abramovay (2010), centrais, correlacionados e que se tornam nítidos quando diz respeito aos estudos de regiões rurais. O caráter normativo de que com grande frequência se reveste a literatura referente ao tema. De acordo com Schneider (2003, p.12), no Brasil, o uso normativo da abordagem territorial ainda é considerado embrionário, assim como em outros países do continente latino americano. Porém, é importante citar que o aporte territorial ganhou relevância face as transformações e reestruturação ocorridas na economia e sociedade brasileira entre as décadas de 1970 e 1990.

É importante citar que um dos principais métodos utilizados é o de comparação entre regiões cuja dotação de fatores é semelhante, porém, existem diferenças quanto a sua dinâmica econômica e os resultados sociais e ambientais. Em outras palavras, “são trabalhos que procuram em fatores intangíveis (entre os quais destaca-se o “capital social”) os elementos explicativos das diferenças entre certas regiões (Abramovay, 2010, p.3).

O que relatar e destacar dos resultados dessas comparações?

Destas comparações surge um conjunto de atributos característicos das situações virtuosas que se transformam em recomendações às organizações públicas e privadas. A descrição dos elementos que supostamente explicam o melhor desempenho de algumas áreas acaba sendo tomada por aquilo que não é: uma explicação de suas causas. Uma vez que, nesta descrição ganham destaque elementos de natureza subjetiva e organizacional, não é difícil chegar a conclusões gerais como, por exemplo, a de que regiões bem sucedidas são as que possuem organizações mais dinâmicas, mais abertura a horizontes sociais diferentes daqueles em que estão imersas, maior enraizamento de suas tradições culturais, enfim, um conjunto de atributos certamente nobres e desejáveis, mas que, muito dificilmente conseguem

explicar as situações a que se referem. De certa forma a crítica aqui exposta aplica-se também aos estudos que encontram no capital social a raiz do melhor desempenho de certas regiões (ABRAMOVAY, 2010,p. 3).

A ausência de fundamentos teóricos consistentes para a noção de território e desenvolvimento territorial, segundo o autor, apresenta-se como o segundo problema. Para ele apesar da ênfase nos laços de caráter não mercantil, falta-lhe uma teoria da interação social; e a ausência dessa teoria é retocada pelo esforço de localizar traços do comportamento dos atores e do cenário no qual estão inseridos em contraste com a inércia de outras situações não tão virtuosas; e a principal consequência é a existência de uma empiria interessante, mas com um aparato explicativo pouco substanciado e carente.

É importante citar que apesar de seus problemas, a noção de território revela uma substituição de elementos que embasam com maior ênfase os estudos sobre o desenvolvimento – entendido, portanto, no seu sentido preciso, além do crescimento econômico. Para fins do estudo em questão, ressaltamos que o desenvolvimento rural tem animado discussões tanto teóricas quanto analíticas com seus efeitos institucionais e normativos; e alguns elementos-chave são considerados indispensáveis nesse debate, a citar a erradicação da pobreza rural, atuação e participação política dos atores sociais, preocupação com a sustentabilidade; e o território, considerado como uma unidade referencial (SCHNEIDER,2003.p.5). A noção de território e o território como categoria de análise do desenvolvimento possibilitam a avaliação e interpretação do espaço rural e de sua definição além do agrário.

Em relação ao rural brasileiro, é importante citar que na década de 1990, o Brasil vivenciou uma “redescoberta” do rural enquanto categoria de análise possibilitando o renascer de novos debates acerca dos parâmetros para se pensar o rural, com suas antigas e novas questões (VERDE 2004). Trata-se de uma economia dinâmica, com diversificação de funções no espaço rural, que ultrapassa a exclusividade da atividade agropecuária. De acordo com a autora, o rural emerge de uma conjuntura economicamente recessiva e do acirramento das lutas sociais.

Nos anos 1990, com o fim da ditadura militar, a sociedade se mobiliza a partir da lenta gradual redemocratização brasileira iniciada nos anos 1980. No campo, a luta pela terra se acirra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é criado em 1984 (Cascavel-PR) e a resposta à esse movimento vem com a União Democrática Ruralista – UDR, no ano seguinte. É de 1985 o

Plano Nacional de Reforma Agrária. Porém, é na década seguinte que o MST irá enfrentar mais abertamente a ordem estabelecida através de ocupações rurais, pagando pela “ousadia”: em 1995 há o massacre de Corumbiara (RO), com um saldo de 9 mortos, e em 1996 registra-se o massacre de Eldorado dos Carajás (PA), com 19 mortos (VERDE, 2004, p. 5).

Diante do exposto entende-se, portanto que o território é um espaço em que as relações sociais se concedem historicamente. O rural é agraciado com outras conotações e outros papéis, e diante dessas tantas transformações em curso, o anúncio futuro do fim do rural, não se concretizou (VERDE, 2004; p. 5). As transformações ocorridas nos âmbitos nacional e internacional proporcionaram um melhor entendimento do rural e sua participação no território e no desenvolvimento. Desenvolvimento que busca alternativas menos agressivas de crescimento econômico e a criação de fortes alicerces para o desenvolvimento sustentável.

O meio rural a partir dos anos 1980 sofreu transformações e passou a ser caracterizado pela presença de atividades que tornou o espaço rural e o espaço urbano dificilmente delimitado. Para Silva (1999), o meio rural brasileiro se urbanizou, principalmente a partir dos “complexos agroindustriais” e pode ainda ser entendido com um *continuum* do meio urbano. Mais que isso. A agricultura integrou-se ao restante da economia ao ponto de que suas relações não poderem mais ser separadas daqueles setores que ora comprava seus produtos e que hora sedia seus insumos para que ela se desenvolvesse.

De acordo com Silva (1999) a urbanização do meio rural brasileiro aconteceu nas duas últimas décadas e isso foi resultado tanto do processo de industrialização da agricultura, quanto do transbordamento do mundo urbano em um espaço que sempre foi definido como rural.

A sociedade que se transforma revela uma alta queda do emprego tanto nos setores agroindustriais quanto nas atividades agrícolas, fazendo com que a sociedade industrial desse os primeiros passos rumo ao meio rural e surgisse uma grande leva de simples prestadores de serviços. Na verdade, o desejo pela estabilidade social deu lugar ao prestador de serviços autônomo e que trabalha em sua própria casa, e isso aconteceu tanto na indústria, quanto na agricultura (SILVA, 1999).

O aumento do nível de escolaridade no meio rural é outra transformação importante a ser citada. No meio rural dos países desenvolvidos encontramos agora o agricultor em tempo parcial que – o *part-time* – combina formas de ocupação resultando em

uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas. Existe uma dinâmica das transformações nas atividades agropecuárias visto que a introdução da mecanização nessas atividades reduziu bastante o tempo a ser dedicado a essas atividades, deixando o trabalhador livre boa parte do dia e em consequência há o crescimento das atividades rurais não agrícolas. Esse mecanismo de dedicação às atividades agropecuárias em tempo parcial acontece também em países subdesenvolvidos fazendo com que a disparidade de renda entre o meio rural e o meio urbano seja quase inexistente.

As novas atividades/ocupações resultam de acontecimentos como a redução da oferta de emprego tanto nas atividades industriais quanto nas atividades agrícolas, além disso, o aumento da mecanização. Tudo isso resulta na prática de atividades vista como *hobbies* pessoais ou atividades “de fundo de quintal”. Mas enxergadas as suas potencialidades foram transformadas em atividades geradoras de emprego e renda (SILVA, 1999:91).

As principais atividades são as que seguem: piscicultura, criação de “aves nobres”, criação de rãs, criação de animais para corte, produção orgânica de ervas medicinais, produção orgânica para mercado internacional diferenciado, produção de verduras e legumes para as redes de supermercados e de *fast-food*. Ainda mais, floricultura e mudas de plantas ornamentais, fruticultura de mesa, produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada, reprodução de plantas extrativas, cultivo de cogumelos, turismo rural, fazenda-hotel, complexos hípicas, leilões e exposições agropecuárias e festas de rodeio. Atividades intensivas agrícolas e não agrícolas como as supracitadas podem ser encontradas em várias regiões do Brasil.

O cooperativismo e suas dimensões, cultural, econômica e política, ganha espaço e situa-se neste cenário possibilitando a prática de um cooperativismo autogestionário e autônomo. Uma reestruturação socioeconômica é possível a partir do associativismo e do cooperativismo autogestionário transformados em projetos estratégicos de atuação. A cooperação pode ser entendida como eixo racional oposto ao princípio da troca competitiva, revelando a possibilidade de possibilidades de melhorias na qualidade de vida das pessoas (PUHL, 2011, p.6).

A prática da cooperação e ajuda mútua, pode revelar-se em qualquer uma das atividades reveladas, a citar o cultivo de flores, prática não agrícola no rural brasileiro e responsável pela promoção do desenvolvimento territorial.

3. Cooperativa De Floricultores Do Estado Da Paraíba (COFEP)

O cooperativismo, considerado categoria inerente as discussões referentes ao território, face às transformações e reestruturação ocorridas a partir da década de 1970, torna-se cenário de atuação de atores sociais e iniciativas promotoras de desenvolvimento que agrega características que superam a busca pelo crescimento econômico. No Brasil, a agricultura e o mundo rural foram permeados pelas transformações estruturais do capitalismo e reestruturação econômicas em diferentes dimensões. Trata-se da “flexibilização dos processos produtivos, pela descentralização das unidades de produção e pela informalização das relações de trabalho, reduzindo-se substancialmente o papel do Estado e das instituições regulatórias” (SCHNEIDER, 2003, p.4). As facetas englobam a abertura de mercados, o aprofundamento tecnológico, a modificação da atuação do poder público e das instituições atuantes nos espaços rurais, as discussões pertinentes a dimensão ambiental e a sustentabilidade ,além das modificações ocorridas nos processos de produção caracterizadas pela flexibilização e descentralizados.

Para fins do estudo em questão, revela-se o caso da COFEP a partir da falência da Usina Santa Maria localizada na cidade de Areia (PB), que foi considerada o ápice da crise que se instalou naquela região. Na ocasião, as famílias que tiravam da usina seu único sustento ficaram desoladas. Uma parte dessa população migrou para a cidade, principalmente os jovens. Outra parte foi absorvida na agricultura, no cultivo da banana. Os demais que ficaram desempregados se tornaram vítimas da depressão, do alcoolismo e outras mazelas (ALMEIDA, 2008, p.22).

Nesse cenário, as mulheres e crianças formavam a parcela da população mais afetada. De acordo com relatos das mulheres que viveram esse caos, as oportunidades de trabalho e geração de renda eram escassas, porém a aquisição de bebidas era facilitada para os chefes de família. Esses encontravam no alcoolismo uma fuga pra aquela situação e muitas vezes mulheres e crianças eram agredidas sem motivo justo.

Neste contexto de dificuldades, as mulheres criaram, em 1999, a COFEP na zona rural da cidade de Pilões (PB), mais precisamente na Comunidade Sítio Avarzeado, com foco no ramo da floricultura. A iniciativa partiu da necessidade de se obter alguma renda para o sustento de suas famílias, diminuindo assim o grau de pobreza ali existente (ALMEIDA, 2008,p.22).É importante citar que a COFEP revela a importância da permanência dos moradores em suas comunidades; para Singer (2011) , a migração não pode ser considerada solução para o desemprego.

O ramo escolhido foi a exploração da Floricultura. Com um projeto orçado em R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais) foram construídas 18 estufas em três hectares

pertencentes à Diocese de Guarabira. Nessa primeira etapa, as mulheres contaram com a ajuda da Prefeitura local, do Projeto Cooperar, além de outras rendas geradas a partir de bingos e rifas (ALMEIDA, 2008, p.22).

Na ocasião, a cooperação entre as moradoras daquela região rendeu bons frutos e renovaram a esperança de melhores dias e promoção de desenvolvimento para sua região. Cooperativismo, de acordo com Ximenes (2001, p.237), é uma doutrina que propõe a disseminação das cooperativas como forma de solução dos problemas econômicos e sociais. O termo cooperar, neste caso, ressalta a iniciativa de colaborar, ajudar ou auxiliar.

A cooperativa é definida como uma sociedade comercial que visa a desempenhar, em benefício dos seus membros, uma determinada atividade econômica. A cooperação que existe nesse tipo de atividade econômica prioriza as trocas recíprocas e benéficas entre os envolvidos, trata-se de uma relação de colaboração e trabalho mútuo (PINHO, 1982).

A elaboração das ideias cooperativistas surgiu a partir das consequências do liberalismo econômico. A ideia principal é a busca pela superação dos malefícios deixados pela Revolução Industrial. Esse cooperativismo que começava a surgir se manifestava na busca pela igualdade e fraternidade (PINHO, 1982).

A atividade econômica desempenhada nesse modelo de produção revela aspectos singulares e específicos. O objetivo de modificação de realidades permeada por problemas financeiros e sociais a partir de atividades cooperativistas e associativistas trás em seu pano de fundo a necessidade de uma divisão igualitária de bens e a possibilidade do funcionamento de atividades que primam pela sustentabilidade.

O acontecimento de uma ação associativa se dá a partir de um direcionamento coletivo priorizando e objetivando o bem comum. Os interesses da coletividade e as estratégias a serem seguidas para o alcance de uma melhor qualidade de vida, melhores colocações profissionais e melhoria social são prioridades, enquanto os fins lucrativos são deixados de lado. De acordo com Gianezini (2009,p.5), o compromisso é com a educação, com o econômico e o social.

A Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP), em sua formação original contava apenas com a participação de mulheres em seu quadro de cooperados. Nos dias atuais já podemos encontrar a participação masculina nas atividades da cooperativa. A Cooperativa conta atualmente com 42 colaboradores, destes 21 são cooperados e os demais atuam na cooperativa de forma indireta através de prestação de serviços e fornecimentos de parte dos produtos necessários à movimentação da atividade. As pessoas vinculadas a

COFEP de forma indireta, são aquelas responsáveis pela limpeza da área (capinar), o fornecedor de palha de arroz, o fornecedor de esterco de gado para melhorar a qualidade do solo, os motoristas, entre outros.

Numa amostragem de 50% d@s cooperados efetivos, a partir da utilização de questionários, percebeu-se que a mão-de-obra predominante é a feminina, com 91%, e apenas 9% do gênero masculino. A faixa etária está entre 18 e 51 anos. O número de analfabetos é baixo. Quanto a localização de suas residências, todos os cooperados moram na zona rural. Mais precisamente, 72,72% moram na Comunidade Sítio Avarzeado, 9,09% moram na Comunidade Sítio Almecega e 18,18% em outras comunidades vizinhas. Entre os cooperados entrevistados, apenas um não possui casa própria, pois ainda mora com os pais. E apenas um ainda mora em casa de taipa.

Uma preocupação dos cooperados diz respeito à educação dos filhos. Estes estão inseridos em programas de iniciação a internet. Além das atividades escolares, os filhos com idade de 18 anos ajudam os pais em atividades ligadas a agricultura e pecuária, além da dedicação, sempre que possível, a COFEP.

A renda familiar, que anteriormente à criação da COFEP não alcançava um salário mínimo ou era inexistente, passou a atingir até dois salários mínimos/mês. A única fonte de renda dos cooperados antes da COFEP era oriunda da agricultura. A geração de renda promovida pela COFEP é considerada a segunda base da cidade de Pilões (PB), sendo superada apenas pela Prefeitura local.

Os cooperados além da casa própria, com exceção de uma cooperada, possuem outros bens, a citar: bois, vacas, aves, cavalos, jumentos. Uma cooperada possui carro próprio e das onze que responderam aos questionários, sete possuem uma moto para facilitar a locomoção entre zona rural e zona urbana, sítios e comunidades vizinhas.

Segundo Almeida (2008), a COFEP atualmente apresenta-se como principal referencial na produção de flores no Estado da Paraíba. A Paraíba absorve cerca de 30% de sua produção, enquanto Pernambuco absorve 15% e Rio Grande do Norte 10%. A busca dos cooperados é alcançar o patamar de 60% do consumo na Paraíba, priorizando, claro, a padronização e a qualidade. As estufas climatizadas garantem uma produção contínua. Os revendedores festejam esse tipo de tecnologia utilizada, pois assim a confiança na entrega dos produtos é garantida, além de ocorrer uma redução custos, o frete fica mais barato ou até inexistente além da garantia de um produto de qualidade.

3. Considerações Finais

Em linhas gerais e a partir da caracterização do território em questão, a COFEP revelou-se promotora de iniciativas que agregam possibilidade de geração de emprego e renda, além da relevância da participação dos/as atores/atrizes inerentes a esse processo. O rural brasileiro, mais especificamente, o rural do brejo paraibano assiste ao acontecimento de um desenvolvimento baseado na cidadania e ajuda mútua. É importante ressaltar a valorização das potencialidades locais, melhor qualidade de vida e desenvolvimento humano. A COFEP pode ser considerada um *case*, exemplo de inclusão social, geração de renda, combate à pobreza rural, além do destaque de ser um empreendimento administrado por mulheres. De acordo com Almeida (2008), a Cooperativa derrubou fronteiras e preconceitos, gerado emprego e renda, beneficiado famílias e proporcionado a permanência destas em suas comunidades, e planeja conquistas em relação ao mercado e as dinâmicas cooperativistas.

Referências

ABROMOVAY, Ricardo. 2010. Para uma teoria dos estudos territoriais. IN: VIEIRA, Paulo H. F., CAZELLA, Ademir, CERDAN, Claire, CARRIÈRE, Jean-Paul. *Desenvolvimento territorial sustentável*. Florianópolis: Editora APED.

ALMEIDA, Soraya H. 2008. Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba: um estudo de caso. Areia-PB: UFPB/CCA, 2008. 65f. il. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Agrárias, Areia.

BORDO, A. A. ; SILVA, Cleide Helena Prudêncio da ; NUNES, Marcelo ; BARBOSA, Túlio ; MIRALHA, Wagner . 2005 As Diferentes Abordagens do Conceito de Território. In: VI Semana de geografia, 2005, Presidente Prudente.

GIANEZINI, Miguelangelo. 2009. O cooperativismo e o seu papel no processo de desenvolvimento local: a experiência das cooperativas agrícolas no médio norte de Mato Grosso. Artigo apresentado no 47º Congresso SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural), realizado em Porto Alegre no período de 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/1319.pdf> Acesso em: 12 dez.

IBGE. CIDADES DO Estado da Paraíba. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 12 jan.

PETITINGA, Carolina Santos. 2010. Desenvolvimento Local. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinições/DESENVOLVIMENTOLOCAL.pdf> Acesso em 12 jan .

PINHO, Benevides Diva. 1982. O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro. 18ª Edição. São Paulo: Fundação Brasileira de Cooperativismo.

SANTOS, Milton.1985. Espaço e Método.São Paulo:Nobel.

SAQUET, Marcos Aurélio. 2004. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.;SPOSITO,E.S.;SAQUET,M.A. Território e Desenvolvimento:diferentes abordagens.Francisco Beltrão:Unioeste.

SILVA, J. G. da. 1999.O novo rural brasileiro. In: SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. 2. ed. revista. Campinas: UNICAMP. IE, pp. 1-32 (Coleção Pesquisas, 1).

SCHNEIDER, Sergio. 2003. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará, 16, 17, 18, 19 de novembro, Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

SINGER,Paul.2002. Introdução à Economia Solidária. 1ª Edição. São Paulo: Fundação Perseu Abrano.

SOUZA,Rosemeri Melo &. 2009.Território e sustentabilidade:Conceitos e ideias em debate.In:Território,planejamento e sustentabilidade:conceitos e práticas.São Cristóvão:Editora UFS.234.p.

VERDE,Valéria Villa.2004. Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Curitiba.

XIMENES, Sérgio. 2001. Dicionário da língua portuguesa. 3ª Edição. rev.ampl.São Paulo:Ediouro.